ANO 33.º Sábado, 23 de Março de 1940 N.º 1621

O DEMOCRATA

(AVENÇADO)

Semanário Rèpublicano de Aveiro

Redacção e Administração
RUA MIGUEL BOMBARDA, 21
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: IMPRENSA UNIVERSAL
Rua Combatentes da G. Guerra — Telef. 125 — AVEIRO

Director e Proprietário
Arnaldo Ribeiro

Editor e Administrador
MANUEL ALVES RIBEIRO
Tôda a correspondência deve ser dirigida ao Director
Representação exclusiva de publicidade para Lisboa e Pôrto — Agência Havas

A visita oficial do sr. Ministro do Interior a Aveiro

Com o aspecto festivo da cidade solidarisa-se o distrito para acolher Sua Ex.ª em conjunto — Um imponente cortejo desde a estação do caminho de ferro ao govêrno civil — O descerramento dos retratos dos srs. Presidente da República e Presidente do Conselho no salão nobre do edificio e um banquete de confraternização nacionalista no Teatro Aveirense

Ardentes e entusiásticas afirmações de dedicação patriótica

Grande dia para a nossa terra, o de terça-feira. Grande e expressivo pelo que representou de benéfico para a política do Estado Novo a vinda a esta cidade do titular da pasta do Interior, sr. dr. Mário Pais de Sousa.

O distrito de Aveiro movimentou-se e à hora da chegada do *rápido* a gare da estação, o largo fronteiro e a Avenida estão pejados de gente para receber o ministro.

Lá vimos os representantes das câmaras de todos os concelhos, as autoridades civis e militares, oficialidade da guarnição, funcionalismo, escolas, as duas corporações de bombeiros, Sindicatos, a Mocidade e Legião Portuguesa, alguns grémios com os seus estandartes e, no meio de tudo, três bandas de música a impregnarem de alegria a atmosfera, com os seus acordes.

A' aproximação do comboio estralejam no espaço foguetes e morteiros; batem-se palmas, erguem-se vivas. Os nomes de Carmona e Salazar são aclamados. Depois o sr. Ministro do Interior recebe cumprimentos, assiste ao desfile das colectividades já mencionadas, ao lado do sr. dr. Albino dos Reis, da Junta Central da União Nacional, e dirige-se ao govêrno civil seguido de longa fila de automóveis.

O aspecto da Avenida, como a parte central da cidade, nas imediações da Câmara, tôda embandeirada, são admiráveis de imponência.

Deante dos chefes

Uma vez no govêrno civil, toma a presidência da sessão solene, que vai ter logar, o sr. dr. Mário Pais de Sousa, em volta de quem se sentam os srs. dr. Almeida Azevedo, chefe do distrito; dr. Lourenço Peixinho, presidente da Câmara; D. João de Lima Vidal, arcebispo-bispo de Aveiro; Bispo de Gurza; general Vítor Franco, comandante da Região; coronel Artur Nobre de Figueiredo, comandante militar e outras individualidades de destaque.

O sr. Ministro do Interior descerra os retratos dos srs. Presidente da República e do sr. Presidente do Conselho, que se achavam cobertos com bandeiras nacionais, da assistência irrompem palmas estrepitosas e vivas aos dois chefes da Revolução Nacional ainda em marcha, sendo no fim desta manifestação, animada pelo sentimento patriótico dos circunstantes, que inicia a série dos discursos o sr.

Dr. Lourenço Peixinho

Diz o presidente do município aveirense:

Ex.^mo Senhor Ministro do Interior.
Ex.^mo e Rev.^mo Sr. Arcebispo Bispo de Aveiro.
Meus Senhores.
Senhor Ministro:

Apresento a V. Ex.ª respeitosos cumprimentos de boas-vindas e agradeço, reconhecido, a visita que acaba de fazer a Aveiro, onde tem sinceros e verdadeiros amigos e onde é muito estimado e admirado pelas suas qualidades de trabalho e talento e pelo carinho e especial deferência com que tem tratado tôdas as pretensões desta cidade.

Quando em Aveiro se pronuncia o nome do Dr. Mário Pais de Sousa é como se falasse de um aveirense querido e ilustre. Tem V. Ex.ª trabalhado e dedicado às coisas da governação pública o melhor do seu esfôrço inteligente, encarando, de frente, alguns problemas sociais da mais alta importância, como o da Assistência pública, que em todo o mundo e em Portugal é de uma difícil solução. Ainda há poucos dias fez V. Ex.ª publicar um decreto sobre mendicidade, cancro de todos os países pelo qual, senão no todo, pelo menos na sua maior parte, êsse assunto deve ficar resolvido.

A convite do Ex.^mo Senhor Governador Civil, vem V. Ex.ª hoje, aqui, descerrar os retratos dos Senhores Presidente da República, general Óscar Carmona e Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar. Neste salão nobre não podiam, por mais tempo, deixar de estar patentes ao público as figuras de Suas Excelências para que, quem aqui entrar, nunca esqueça e tenha sempre presente no seu espírito aqueles a quem a nossa querida Pátria tanto deve. Em Portugal, onde se vivia sem ordem, sem crédito, não se respeitando as leis nem as pessoas, amesquinhados e quási que desprezados pelas outras nações, Carmona e Salazar, tudo transformaram por completo.

Quem viveu antes da actual situação política e tinha conhecimento do estado em que se encontrava o país nessa altura, quási que não acredita como se poude fazer tal e tão grande transformação. A opinião estrangeira muda inteiramente em face desta renovação nacional e habitua-se a tratar-nos com respeito e consideração. Cria-nos crédito, oferece-nos todos os meios para podermos viver e desenvolver o nosso Império e nós assistimos à mudança da vida pública. Ordem nas ruas e nas coisas oficiais, sossêgo nos espíritos, respeito por todos. Da desorganização que existia aparece um Estado Novo bem organizado e com tôdas as condições necessárias para se poder viver com sossêgo preciso para trabalhar e fazer progredir o país. Quem sabe qual teria sido o nosso destino se tão ilustres estadistas, com o seu bom critério, nos não tivessem aparecido? Felizmente a providencial revolução de 28 de Maio veio a tempo de nos salvar da derrocada e Portugal, prestes a afundar-se e a desaparecer na lama, aparece resplandecente aos olhos de todo o mundo, e aquele país pequenino, do qual troçavam, renasce enorme na consideração geral, apresentado como modêlo de administração e aconselhado a ser seguido por outras nações. Quando olhamos em volta e vemos o que se está passando em várias partes do universo chegamos à conclusão de que estamos em terras abençoadas por Deus.

Foram Carmona e Salazar quem produziu esta maravilha, quem operou êste milagre. As suas vidas têm sido, por completo, dedicadas à Pátria. Abstraíram de tudo, nem sequer temendo a morte, para com o seu valor e extraordinário esfôrço, fazerem ressurgir Portugal.

Neste momento de temível luta social que o mundo está a atravessar, valeu-nos estar a presidir aos nossos destinos as figuras grandes e imortais dêstes homens, que nos tem defendido da desgraça, da miséria e da guerra.

Viva o sr. Presidente da República!

Viva o sr. Presidente do Conselho!

Viva a Pátria!

A seguir, ergue-se no meio da sala o nosso

Conde de Agueda

que presta justiça a Carmona e Salazar — dois portugueses de estirpe ao lado de quem se encontra por reconhecer neles os homens indispensáveis à vida da nação. Já foi chefe político, no distrito, dum partido que acabou. Agora é simplesmente um soldado disciplinado do Estado Novo, que deseja ajudar o dr. Salazar a conduzir ao seu Calvário a pesada cruz que o país lhe poz às costas e isto depois de se insurgir contra os detractores da situação.

DR. MÁRIO PAIS DE SOUSA

Major Amílcar Gamelas

que se segue no uso da palavra, diz:

A V. Ex.ª, Sr. Ministro, eu apresento, na qualidade de Comandante Distrital da L. P. as minhas calorosas saüdações e a expressão do meu vivo contentamento pela visita a esta cidade; saüdações e contentamento que são, verdadeiramente, o conjunto, a reünião, a soma das saüdações e do contentamento dos 2000 legionários sob as minhas ordens, dos 2000 soldados voluntários da ordem, que comando.

Nêste dia de regosijo para o distrito de Aveiro, nêste dia de festa nacionalista, não podia estar ausente a Legião Portuguesa.

Organismo que é da Ordem e para a ordem; organismo nacionalista e para a fé nacionalista; organismo de Salazar e para Salazar, quer dizer: para servir a Nação, não pode deixar de estar sempre onde é preciso que esteja. E, por isso, veio. E veio com o seu coração generoso, entusiasta e puro, trazer-lhe, sr. Ministro, com o seu sincero e profundo reconhecimento pelo lugar especial que — sabe — V. Ex.ª lhe reserva no seu coração, os seus cumprimentos afectuosos e a segurança de que continúa firme e viva na sua alma, aquela luz espiritual que a todos juntou nêsse organismo e dêles fez conscientes defensores da nossa milenária civilização e os tornou, de certo modo, os cruzados do século XX.

A Legião, pela minha bôca, diz a V. Ex.ª — *PRESENTE!*

Acabam de se inaugurar nêste salão os retratos de Suas Ex.^as os Srs. Presidentes da Rèpública e do Conselho, figuras máximas da Revolução Nacional, que, por suas extraordinárias qualidades e virtudes, se impõem ao respeito e à admiração do país.

Espíritos verdadeiramente superiores, almas de eleição, quer pelo fulgôr da sua inteligência, quer pelos primores do seu coração — merecem tôdas as homenagens que o país lhes preste.

Que esta, tão singela, tenha a virtude de, pela presença da sua imagem, nos chamar sempre ao cumprimento dos deveres cívicos. E' essa a melhor homenagem que podemos prestar-lhes e que, sendo a mais grata ao seu espírito, melhor servirá a Nação.

A êstes dois Homens devemos nós a paz e o relativo bem estar em que vivemos.

Nos momentos de confusão e de incertezas que o mundo atravessa, pesada é a tarefa de quem governa e nem sempre lhe é feita inteira justiça.

Manteve-se até agora a guerra, que tantas nações tem devastado já, afastada de nós; e, por tal motivo, muitos se esquecem de que ela existe e de que não é possível aos outros países evitarem as suas repercuções económicas e financeiras.

Veio a guerra encontrar-nos em pleno esfôrço de reconstrução. A Nação tem feito os sacrifícios que lhe teem sido exigidos pelo Chefe da Revolução Nacional, com admirável espírito patriótico, com abnegação, mas também, sem dúvida, com esfôrço, sentindo o pêso dêsses sacrifícios.

Não se apresenta o Mundo de feição a que êles possam ser diminuidos, antes as condições em que se agita e vive levam directamente ao seu agravamento: seja pelo aumento dos impostos, que os superiores interesses da Nação possam ditar, seja pelo reflexo do agravamento geral do custo da vida que a guerra vem impondo e possa, por desgraça, impôr ainda.

E' mau o quadro, mas não podemos ignorá-lo. Não podemos fechar os olhos às realidades da vida e temos de convencer-nos de que entramos num período doloroso da história do mundo, que a ninguém poupará nos sacrifícios. Temos todos de aceitá-los, porque não podemos fugir-lhes. E, se isso pode confortar-nos, lembremo-nos que ainda somos dos mais poupados.

Mas nem por ser assim, e justamente porque assim é, a vida deixa de impôr pesados sacrifícios e restrições, nem deixa de ser difícil para muitos...

Quantos que não teem pão ou o teem tão escasso!... Não podemos também ignorá-lo, como não pode igualmente surpreender-nos que junto dêstes, para quem a vida é mais ingrata, se exerçam influencias nocivas e fomentem sentimentos perigosos de desagregação — tão grandes, tão poderosas e tão antagónicas são as concepções da Vida que se debatem no Mundo.

Aos portugueses de alma sã, de alma bem portuguesa, capazes de não toldarem o amor da sua Pátria com os fumos de qualquer outra paixão, eu deixo esta pregunta: que seria do nosso país se não possuisse a robusta armadura financeira que Salazar lhe deu, e não tivesse a guiá-lo e a dirigi-lo nêstes graves momentos, a alta mentalidade e o alto prestígio dêste Homem?

Vai comemorar-se êste ano o duplo centenário da Fundação e da Restauração da Nacionalidade, descobridora de Mundos e criadora de Impérios.

Que essa festa de confraternização de todos os povos do Império, no momento angustiado e perigoso que passa, tenha o condão de reünir em torno da bandeira da Pátria todos os seus filhos, todos os portugueses, que tanto lhe querem, mas que, por vezes, tão mal a servem...

Fala agora o sr.

Arcebispo-bispo de Aveiro

Esta música a alegrar por aí abaixo o ar e as almas de Aveiro; êstes foguetes a estoirar com delírio, uns atrás dos outros, sem respiração, ao sol esplendido da nossa terra, à beira meiga da nossa ria; esta festa nos olhos e êste domingo nas ruas — eu ia quási a dizer — esta espécie de Tabor no coração da cidade; tudo isto, tão ao natural, tão fremente, quási frenético, faz-me lembrar agora, à distância de vinte séculos, uma palavra que Jesus Cristo deixou aceza para sempre no seu Evangelho: *dai a Deus o que é de Deus e a César o que é de César.*

Nenhuma fórmula mais completa e mais justa, mais certeira como uma seta nas mãos de um arcanjo, poderia resolver tão a fundo o problema atormentador dos Estados nas suas relações com o poder espiritual da Igreja.

Cavour, após a experiência de dois milénios de história, não conseguiu popularisar a sua fórmula e pô-la, como esta de Cristo, no coração e na bôca de tôda a gente; ainda as suas cinzas não arrefeceram por completo e já quási se não lembra dela a geração que lhe sucedeu.

Não serei eu quem toque com mão sacrilega nas palavras solenes de Cristo. Nós, diante do Evangelho, sómos ouvintes em pé, atentos devotos. Só o silêncio e a admiração pròpriamente nos cabe. ¿Mas seria ousadia trazer à luz do advérbio festivo que o Senhor certamente omitiu, porque êle não era estritamente preciso para a brevidade da fórmula, porque a multidão a quem Êle falava, a humanidade em pessôa, o passado e o futuro, fàcilmente o subentendia? Ele não quereria dizer: — Dai *de boa mente* a Deus o que é de Deus; dai *de boa mente* a César o que a César pertence?

Já não sei em que outra parte das Escrituras eu li também — *hilarem datorem diligit Deus* — a dar, é dar de cara alegre, não de sobr'olho.

Há efectivamente na Igreja criaturas devotas, cobertas de tristeza e de cinza, que andam sempre a lançar à face de Deus os sacrifícios que fazem por Ele, que quási se queixam de que Ele, lá no céu distraido com os seus santos, não repare bem cá para baixo na piedade dos seus fieis. E daí um certo amuo — eu sei lá?! — uma certa ruga que se desenha na fronte, que, tôda serena, se deveria erguer mais e para as alturas. Esta sêca e calculada devoção não tem conta, com certeza, das recomendações do Senhor. Quando jejuares, não te

O ANIVERSÁRIO DE "O DEMOCRATA„

e as referências que lhe têm feito alguns colegas amigos

De *O Desforço*, de Fafe:

«O DEMOCRATA»

Entrou honrada e airosamente no seu 33.º ano de vida, êste nosso presado colega, distintamente dirigido pelo velho e considerado amigo, sr. Arnaldo Ribeiro, o bom filho de Aveiro que, abordando os principais assuntos da vida nacional, os essencialmente patrióticos, doutrinando o bem e a moral, que tanto precisam de propaganda, não esquece o engrandecimento da sua terra, que sendo já uma das mais importantes, êle quer que se eleve ao grau das melhores.

Nisto está todo o seu merecimento e por isso o felicitamos, mais pelo aniversário do seu bom jornal.

De *O Concelho da Murtosa*:

«O DEMOCRATA»

Foi com o seu número de 24 do mês findo que êste nosso presado colega de Aveiro festejou mais um ano de existência.

Comemorou o facto com um artigo intitulado — *Vamos andando* — artigo que nos passou despercebido, pelo que só agora vimos felicitar o sr. Arnaldo Ribeiro, o jornalista experimentado, o homem de lutas — um dos paladinos que mais teem combatido pela modernização de Aveiro.

Da *Gazeta de Coimbra*:

Completou 32 anos de existência o nosso colega *O Democrata*, de Aveiro, de que é director e proprietário o nosso amigo sr. Arnaldo Ribeiro, acérrimo defensor da linda cidade do Vouga.

As nossas felicitações.

De *A Opinião*, de Oliveira de Azemeis:

O nosso distinto colega aveirense *O Democrata* entrou no 33.º aniversário de publicidade. Felicitâmo-lo bem como ao seu proficiente director — o sr. Arnaldo Ribeiro.

Do *Ecos de Cacia*:

Com o número dia 24 do passado mês, festejou mais um aniversário, o nosso presado confrade *O Democrata*, que sob a direcção do ilustre jornalista, sr. Arnaldo Ribeiro, vê a luz da publicidade na vizinha cidade de Aveiro.

Por tal facto felicitamos não só o nosso íntimo amigo, sr. Arnaldo Ribeiro, como o nosso colega *O Democrata*, desejando-lhe longa vida.

Muito reconhecidos.

ponhas com vulto sombrio, para que tôda a gente que passar comece a lamentar e a dizer: jejuou, coitado, por isso está assim! Ao contrário: perfuma os cabelos, esfrega as mãos de contente para que ninguem dê por êle, pelo jejum; e lá está o Pái do céu que tudo escreve no livro.

Também passam vozes, no campo de César, em que aquilo que nós lhe devemos é dado com a mão esquerda, num gesto quási agressivo.

—Toma lá, César, só porque de outra forma nós iríamos parar à cadeia.

Nós, em especial os homens da Igreja, temos sido freqüentemente acusados de cortar clandestinamente no manto de César para alargar, com mais amplidão, o manto de Deus; de chorar o tributo da Pátria quási fôsse golpe cruento à acção da Igreja, diminuição do seu cofre. Não. Nós aceitamos, sem reserva, o mandamento de Cristo —a *Deus o que é de Deus*, a *César o que é de César*. Até acrescentamos, ainda à pena de irreverência—*gostosamente*.

Aqui há dias viemos todos para a rua, com bandeiras e palmas, como no dia de Ramos, a gritar hosanas ao primeiro Bispo que o céu nos mandou—*a Deus o que é de Deus!*

Agora voltamos outra vez para a rua, no mesmo jubiloso preparo, com foguetes e filarmónicas, a saudar do fundo da nossa alma de patriotas, o Ministro que chegou no «Rápido»—*a César o que é de César!*

Num e noutro momento-sinceros, iguais a nós mesmos, já se sabe, a diferença salva que, pela próprio natureza das coisas, as alegrias eternas do espírito tem sôbre as emoções mais precárias da terra.

Senhor Ministro:

Aqui tem, na minha humilde pessoa, a homenagem da igreja inteira, ainda na aurora de Aveiro!

Homenagem à sua pessoa, homenagem à sua visão de estadista!

Benvindo seja!

Dr. Almeida Azevedo

O Delegado do Govêrno Nacional no distrito de Aveiro dirige a v. ex.ª os seus cumprimentos de homenagem e agradece,muito reconhecido, a honra da sua visita.

Sei como v. ex.ª vive absorvido nos cuidados do seu ministério e, de um modo especial, no estudo dos problemas da Assistência e das soluções que êsses problemas necessitam porque são dos mais instantes do nosso tempo.

Todos os minutos lhe são precisos para o trabalho enorme da sua pasta.

Mas o trabalho de v. ex.ª no ministério do Interior, a-pesar-de silencioso e discreto, como muitas vezes tem sido e tem de ser, rompeu há muito êsse silêncio, tornando-se conhecido da Nação, sobretudo da parte humilde e sofredora, a qual vê em v. ex.ª um dos seus mais desvelados protectores.

Sendo v. ex.ª um homem do Govêrno que tão brilhantemente se tem afirmado, é bem legítima a vaidade do distrito de Aveiro em receber a visita honrosa de v. ex.ª e é bem legítima a minha satisfação em recebê-lo como Governador Civil dêste distrito.

Tudo quanto no distrito de Aveiro representa real valor social, se encontra enquadrado nesta homenagem. Mas um facto me cumpre salientar e que bem demonstra que «há coisas novas em Portugal»: é a presença do sr. Arcebispo nesta festa; é a Igreja pela sua mais alta dignidade na diocese de Aveiro a vir associar-se com as autoridades e com o povo, no mesmo côro de agradecimentos e louvores pelo nosso resgate e pela paz que todos devemos ao Govêrno da Nação —que V. Ex.ª tanto dignifica!

Senhor Ministro:

A homenagem que hoje prestamos a S. Ex.ª o Senhor Presidente da República é um aspecto parcial da grande homenagem que vive no coração de todo o Império pela figura prestigiosa de S. Ex.ª, pela sua obra contínua e magnífica de equilíbrio e acêrto, e pelas suas viagens de tanta oportunidade nacional e internacional às províncias portuguesas de Além-Mar.

O sr. General Carmona conquistou o melhor afecto do coração de Portugal pela sua obra de alto patriotismo e pela sua bondade inexcedível.

A homenagem que prestamos a S. Ex.ª o sr. Presidente do Conselho é também, apenas, um pálido tributo que Portugal deve e fica devendo eternamente ao estadista que em tão difíceis emergências internas e externas soube garantir o futuro dos portugueses, salvando a Pátria dos perigos que a assoberbavam.

Salazar procura alicerçar a sua obra de restauração nacional naquilo que é eterno—nas fôrças do espírito, do patriotismo, das crenças religiosas, da autoridade e da tradição, sem as quais não passa de ilusória a grandeza dos povos, por maior que pareça!

O sr. Presidente do Conselho é o homem providencial que, depois de ter conseguido o ressurgimento interno da Nação, realizou uma obra de maior vulto ainda, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde a sua dignidade, a sua firmeza e previsão, se têm imposto ao respeito de tôda a Europa.

Chefe verdadeiramente providencial na hora particularmente grave da guerra de Espanha, na hora grave, também, da guerra actual, o sr. Doutor Oliveira Salazar merece que nos unamos todos, disciplinadamente, à sua volta, não só para cumprimento das suas determinações, mas para afervorar em nós e cada vez mais o entusiasmo daqueles sentimentos que correspondem à sua última palavra de ordem: o sentimento da fé e o sentimento da coragem.

Tenho dito.

Encerra os discursos o sr.

Ministro do Interior

que se diz sensibilizado com a manifestação carinhosa de que fôra alvo e que jámais esquecerá.

O civismo e a fidálguia da população de Aveiro—acrescenta—ficou demonstrado eloquentemente. Não deseja nem quer para si a mais pequena parcela de aplausos. Eles são para os princípios e para a doutrina que personifica em nome do Govêrno. Refere-se às altas individualidades de Carmona e Salazar, que continuam em actividade para que a Pátria se liberte e vença tôdas as decadências, de harmonia com os desejos da nação, tendo fé num futuro de prosperidades que lhe há de trazer o engrandecimento.

Muitos e prolongados aplausos no meio dos quais é levantada a sessão.

NO TEATRO AVEIRENSE

Decorre no meio do maior entusiasmo o banquete de confraternização nacionalista, como lhe cabmou o sr. Ministro do Interior

São perto de 15 horas. Vai começar, no Teatro Aveirense, o banquete em honra do sr. Ministro do Interior e a que êle preside. A sala está *chic*, ornamentada com gosto por Belmiro Amaral. Ao fundo a bandeira do município. Entre os convivas, em número de 465, os srs. governadores civis do Porto, de Viana do Castelo, de Vila Real e de Braga. Nos camarotes, gentis senhoras dão ao conjunto um atraente aspecto de elegância. E' servida a seguinte

Ementa

Sôpa à portuguesa
Filées de pescada com arroz de marisco
Fricandó de vitela à Arcada
Esparregado à francesa
Perú trufado com agriões
Tronc de Nuël
Frutas
Vinhos { *Tinto* / *Branco* / *Pôrto*
Champanhes
Café e licôres

O repasto decôrre animado. Antes dos brindes entra na sala o presidente da Assembleia Nacional, sr. doutor José Alberto dos Reis, que se vai sentar ao lado do sr. Ministro do Interior. E passado tempo o *Grupo Cénico do Club dos Galitos* que, no meio duma revoada de palmas da assistência, entrega ao sr. dr. Mário Pais de Sousa um lindo ramo de rosas e uma mensagem que diz assim:

Ex.mo Snr. Dr. Mário Pais de Sousa, mui ilustre Ministro do Interior,

Excelência:

Néste momento em que a honrosa presença de V. Ex.ª empresta tão excepcional brilho e relêvo à nossa Terra, penhorada com a distinção que lhe ilustre visita lhe confere, é, porventura, momento azado para fazer juntar um preito de homenagem ao côro de saüdações tecidas em volta da personalidade de V. Ex.ª.

E enquanto se confundem e amalgamam, na mesma comunhão de anseios, idealismos e aspirações, tôdas as fôrças representativas e as figuras de maior quilate da nossa Terra e das nossas gentes, parecerá, talvez, temerária ousadia trazer, com a nossa mediocridade, a única nota discordante a êste ambiente de apoteose a que vimos assistindo. Por isso nos assalta uma certa tibieza de ânimo ao introduzir como que um parêntesis na tela das questões e problemas que são a causa comum desta grandiosa jornada.

E' bem diferente o assunto ou causa que nos leva—pobres de nós!—a meter a nossa modesta foice em seara tão loira e bem sazonada, a desafiar um contraste de tão elevadas proporções, que quási torna paradoxal a nossa interferência.

Perdoai, Excelência, que assim seja, ou assim pareça; mas à nossa fé e consciência de homens se impunha esta romagem, de civismo cavaleiresco, imposto por aquêle sentimento que sòmente em si consubstancia tudo quanto os homens têm de mais nobre, de mais honesto e de mais forte:—o sentimento da gratidão e do reconhecimento.

Somos pobres romeiros, ou antes, os fiéis arautos do «Club dos Galitos», colectividade que à nossa Terra tem proporcionado momentos de beleza espiritual, imorredoira, em manifestações pletóricas de bairrismo e sabor local; somos daqueia casa que, já hoje, por um passado de algumas décadas, e por um presente que se continúa, tem uma história que é nosso orgulho e em que a nossa Terra tem sido o fulcro dinamizador de tôda a nossa possível grandeza e actuação.

Excelência:—A nossa história está hoje enobrecida com a inclusão de mais um nome nas suas páginas: o nome a todos os títulos honroso de V. Ex.ª. E eis aqui a justificação da nossa romagem.

Dignou-se V. Ex.ª reconhecer alguns méritos no nosso Grupo Cénico, a quando da sua visita a Lisboa, em Junho de 1937, conferindo-lhe uma distinção que é motivo de justificado orgulho e que à nossa Terra tornamos extensiva; V. Ex.ª estendeu-nos a mão bemfazeja, propondo que o «Grupo Cénico do Club dos Galitos» fôsse agraciado com o grau de Cavaleiro de Benemerência, mercê que lhe foi conferida por Sua Ex.ª o Senhor Presidente da República, em portaria de 12 de Janeiro de 1938; mas a graça de tal distinção só pôde tornar-se um facto, porque teve a apadrinhá-la a personalidade de V. Ex.ª, como Ministro da República, e, assim, nós temos, e queremos, o indeclinável dever de reconhecer no Snr. Dr. Mário Pais de Sousa, mui ilustre Ministro do Interior, a pedra angular em que se apoia tão honrosa distinção.

Por isso aqui vimos, em sincera homenagem, sancionar e ractificar o preito de gratidão pelo qual o «Club dos Galitos» ficará indelèvelmente ligado à personalidade de V. Ex.ª, preito de uma dívida a transmitir, sempre em aberto, às gerações vindouras.

Não vem a nossa romagem saldar essa dívida—seria blasfémia, pensá-lo, sequer!—e antes pretendemos outra graça, que é a de registar condignamente o nome de V. Ex.ª nos anais da nossa Casa, pedindo-lhe que aceite a distinção máxima com que o nosso Club pode ditinguir, proclamando V. Ex.ª seu Sócio de Honra—galardão só conferido àqueles que, pelos seus actos, pela sua nobreza, ou por assinalados obras, bem merecem do «Club dos Galitos».

Excelência:—Eis o fim da nossa mensagem.

Deviamos êste preito de saüdação e aprêço ás virtudes cívicas de V. Ex.ª, e à prestigiosa figura que tão bem soube fazer vibrar a nossa sensibilidade de homens e nosso inegualável bairrismo de Aveirenses, e tem a corod-la a nobreza das intenções, a galhardia honradez de quem cumpre um dever cívico e o testemunho irrefutável do nosso perene reconhecimento.

Aveiro, 19 de Março de 1940.

Esta mensagem, que o sr. Ministro do Interior agradeceu em breves palavras, foi lida pelo professor José Duarte Simão e ia encerrada numa pasta de veludo carmezim em que se destacava o emblema do Club, feito de prata.

Os discursos

E' chegado o momento culminante. Inicia-se a oratória. O rev. Abel Condesso fala com entusiasmo e verbosidade, dirigindo-se aos filiados da Legião Portuguesa a quem indica o caminho a seguir.

O sr. dr. Garcia Pulido associa-se às homenagens ao Govêrno e tem esta frase:

—A manifestação que se está realizando de simpatia por V. Ex.ª, sr. Ministro do Interior, e de apoio ao Estado Novo, demonstra o muito valor e a unidade do distrito aqui reunido.

O sr. dr. Albino dos Reis saúda os velhos com espírito moço e pelo sr. dr. Querubim Guimarãis é afirmado que Aveiro, honrando-se com a visita do ilustre membro do Govêrno, espera também que êste corresponda, na medida do possível, às aspirações duma região que tanto se empraz em o apoiar sem reservas.

Por último e depois duma grande ovação ao levantar-se para falar, o sr.

Ministro do Interior

prefere êste discurso de quando em vez interrompido pelos aplausos da assistência:

Sinto-me bem em tôdas as terras de Portugal, mas a circunstância de ter nascido nas Beiras, atrai-me especialmente para êstes lugares.

Creio que o mesmo se passa com todos aqueles que amam profundamente o seu burgo e a quem nada faz esquecer as naturais ligações que ao meio os prende. Jeito que, com certeza, nos ficou desde a nascença e que, mantido sem quebra, no sangue e no instinto, nos obriga a olhar com mais ternura o torrão em que vimos a luz do dia.

Esta é uma das razões por que me sinto bem neste lugar, próximo das paragens em que nasci; porém, motivos de outra ordem me trouxeram—Aveiro é a cidade previlegiada do Vouga, centro de uma região formosíssima, onde, a par de uma tradição magnífica, há belesas naturais incomparáveis. Com êste panorama ao tôpo, fertilizam aqui em campo ameno e fecundo as ideas puras e sãs de um nacionalismo ardente, dinâmico e vivo. E isto só de si era mais que bastante para determinar nesta altura a vinda ao seio de tôda esta família, de um Ministro de Salazar.

Como por tôda a parte, ao lado de uma integração de valores na nova ordem política, Aveiro assiste, neste momento, a uma das mais interessantes manifestações de vitalidade nacionalista. E' o alargamento dos quadros da Situação a todos aqueles que, sem pensamento reservado, aplaudem e vivem os princípios superiores que estão na base do Estado Novo.

Nota interessante:—tudo se vem fazendo em perfeita disciplina e dentro de um espírito de unidade e de coesão, cada vez maiores, como o deseja a União Nacional, e é pensamento superior dos Chefes do Estado e do Govêrno.

Ilusão o que afirmo? Não o creio. A voz de aplauso unânime que hoje aqui escutei, através tantas manifestações de entusiasmo ao Presidente Carmona e a Salazar, é a expressão iniludível, evidente e clara, da verdade que venho afirmando.

Em tais condições, e independentemente da gentileza do convite, está certo e faz sentido que esteja presente o Ministro do Interior, como está certo e faz sentido que lhe não sofra o ânimo deixar de dizer neste momento algumas palavras.

E, porque o previa, não desejei confiá-las ao improviso, embora por poucos minutos detenha V. Ex.as e em ambito muito simples entenda dever ficar.

O plano de acção da União Nacional

Considerarei resumidamente alguns princípios que reputo oportuno abordar, para que melhor se entenda o plano em que se desenvolve a acção da U, N., fixando, a seguir, os deveres dos governados. E fá-lo-ei com a claridade que me fôr possível, de forma a não ficarem por aí palavras que se prestem ao equívoco e à confusão.

O Govêrno tem pela União Nacional a consideração e o apreço que deve ter-se pelas grandes organizações, quando bem orientadas.

Confia nos seus melhores valoros, na mecânica do seu funcionamento, embora aspire a que se dinamize cada vez mais; e tem, sobretudo, uma fé ilimitada nos princípios que estão na base da sua constituição.

No estado actual da vida portuguesa, reputo-a, ainda, o órgão que, na ordem cívica, e em colaboração com outras actividades, melhores serviços pode prestar ao País e à continuidade da obra real e efectiva que o Estado Novo vem realizando.

E' que a União Nacional é, na verdade, uma grande fôrça e deve sê-lo cada vez mais, visto que em si mesma ela encerra a virtualidade necessária à união de todos os portugueses e à realização dos imperativos que dão sentido à revolução em marcha.

Outro pensamento não teve Salazar ao dizer:—«Temos de mais uma vez declarar que a União Nacional é um organismo permanentemente aberto a todos os portugueses, não como um centro de reunião de mentalidades ou processos divergentes, mas como um ponto de convergência de todos os que estejam convencidos ou venham a convencer-se da superioridade dos nossos processos e da lisura dos fins que pretendemos atingir».

Esta é, de resto, a doutrina expressa nos Estatutos que estão na base da União Nacional e de harmonia com ela não nos cansaremos de insistir para que à volta da sua bandeira se congreguem todos os homens bons de Portugal.

São também estas as indicações que a cada momento recebemos de quem tem as responsabilidades supremas da governação:—espírito de colaboração, sinceridade e desinteresse, em regime de justiça, de ordem e de paz social, sob um Govêrno forte, mas prudente e conciliador.

Esta é a doutrina, repete-se.

Mas precisamente por isso e porque êste é o espírito e verdadeiro sentido da União Nacional, o Govêrno de Salazar não consente—a ninguem consentirá que se perturbe com agitações estereis a obra da revolução em marcha.

Não há muito que escrevi estas palavras, que hoje julgo oportuno repetir aqui:—Os princípios do nacional-corporativismo, nos seus aspectos políticos, económicos e social, e ainda no que interessa à vida superior do homem e aos direitos inauferíveis da consciência, estão de há muito definidos, informam as instituições e as leis e vão frutificando nos actos. Este é o terreno comum em que se desenvolve o esfôrço da generalidade dos portugueses, para a realização dos seus destinos, dêle se tendo afastado tudo o que podia ser motivo de divisão ou não é considerado essencial».

Hoje acrescento e reforço:—Há a maior liberdade em aceitar ou não êstes princípios, mas o que não pode é desenvolver-se contra êles qualquer actividade perturbadora, porque o Govêrno não sacrifica a obra da revolução, a tranquilidade e a ordem, ao crime de experiências de grupos, nem a uma certa espécie de liberdade que alguns parece reivindicarem.

Nenhum homem de boa vontade negará justiça a êstes princípios inspirados no mais são patriotismo. Mas, se, contra o que é natural esperar, houver quem finja ignorá-los, tomando contra êles posição antipatriótica, terá de suportar-lhe as conseqüências desagradáveis.

O Estado Novo é de feição generosa; tem, porém, a noção exacta do imperativo que lhe foi imposto pela revolução, não pactuando com situações atentórias da ordem, do prestígio e da dignidade do País.

Nem de outra forma podia ser. A-pesar-de se dizer que os Governos não têm memória, nós temos sempre presente o passado e porque não igno. ramos o que seria o futuro, se o esquecessemos, não toleraremos as inconveniências de quaisquer díscolos.

Uma certeza vos afirmo:—O Govêrno manterá imperturbàvelmente a ordem e a revolução continuará sob o signo do interêsse Nacional.

Nacionalismo e deveres dos governados

E passo agora ao segundo ponto: Nacionalismo e deveres dos governados.

Não há muito tempo, em Lisboa, ao reunir à minha volta todos os Governadores Civis do Continente — a cujo alto espírito de bem servir pude prestar justa homenagem—eu lhes disse em poucas palavras, o que pensava sôbre os deveres dos Governantes.

Ali afirmei que não eram pequenos, nem secundários êsses deveres, em que, a meu ver, além, da defesa da doutrina, da dedicação e lealdade aos Chefes, do cuidado pelo interêsse legítimo dos povos e do zêlo pelas suas legítimas liberdades—se incluiam a consideração sincera pela opinião pública, sempre que ela fôr séria, o respeito constante pelas noções de direito ou de legalidade, o culta pelos valores espirituais, civilizadores e cristãos, e a incansável criação dum Estado de Justiça, onde sempre os interesses de todos se sobreponham, sem hesitar, ao interesse de cada qual.

E comentei: — deveres grandes, deveres de cada momento, se êsses Governantes querem que o Estado seja forte, se compreendem que êle tem de ser forte para ser generoso, se não quiserem que essa generosidade seja fraqueza e desordem.

Mas se os Governantes têm deveres — êstes são os direitos dos governados—êstes (os governados) também têm obrigações e estas são, por sua vez, os direitos dos Governantes.

E' o que eu aqui vos direi, comentando alguns dêsses deveres dos governados. Julgo esta a melhor maneira de prestar homenagem ao Senhor Presidente Carmona e a Salazar — os Chefes ilustres que, tendo, durante mais de dez anos, perdido a saúde em incansáveis trabalhos, tendo devotado tôda a sua vida ao bem comum, tendo erguido do abismo uma gloriosa Pátria de oito séculos, ante a admiração do Mundo, estão hoje no coração de todos os bons portugueses.

. . . .

Ao falar-vos dos deveres do governados, nesta hora cruciante para a humanidade, nesta terra, onde perpassam tradições das mais gloriosas, **eu evoco a figura de José Estevão, de eloquência notável, e um dos mais ilustres filhos desta região. Eloquência grande porque nela vibravam, para além do fulgor tantas vezes perigoso da palavra em si própria, uma convicção sincera, um ideal caloroso, uma aspiração colectiva—uma alma.**

Por isso o visiono saído do seu silêncio, restituido ao nosso convívio, tornado mentalmente espectador da vida que nos vivemos, possuido de patriotico respeito pela fé que nos anima, na obra de regeneração que o Estado Novo vem realizando.

E se assim o visiono, se o meu espírito assim o surpreende nos clarões da eternidade, onde é maior a visão do Bem, é porque considero dever memorar aquêles que nas lutas pelos verdadeiros princípios de Justiça tão alto temperaram a sua vida e a sua energia no culto dos deveres que incumbem aos governados.

Mas eu não afirmarei que em todos e em cada uma das manifestações da vida colectiva haja o dever de pronunciar sempre palavras de incondicional aplauso. O aplauso incondicional não é nunca um dever.

O que considero indeclinável dever de todos é o nacionalismo fervoroso, é a rectidão da justiça intimamente concedida aos mais fracos,é a sobreposição de um sentido objectivo, com caracter nacional, aos mesquinhos sentidos subjectivos, com caracter pessoal. Para usar uma comparação trivial e que nos leva para tempos não muito distantes, direi:—compreendo que se discuta o traçado de uma estrada à luz da conveniência estratégica do seu traçado, da função geral que a estrada deve desempenhar, da maneira económica de realizá-la. Não compreendo que se discuta êsse traçado à luz do incomodo que nos causa vê-lo cortar propriedade nossa, à luz da ambição de valorizar o que é nosso, à luz do emprenho de prejudicar terceiros. Todo aquêle que assim fala em nome de um interêsse ferido—note-se que digo em nome de um interêsse, não de um direito — falta a um dever de governado: — o de sobrepôr, no próprio coração e no próprio pensamento, a sua Pátria à sua pessoa.

Todo aquêle que, ao primeiro boato inconsistente, descrê da justiça ou da honra de quem governa, e espalha o que ouviu, e aceita ou semeia a descrença, falta a outro dever:—o de só basear o seu julgamento na acção de terceiros sôbre factos absolutamente incontroversos. Isso mesmo exigirá, com rigor, do juiz que tiver de o julgar. E o governado deverá ser sempre o juiz do Governante.

Todo aquêle que, fadado por Deus com inteligência, com energia, com faculdades para vencer, procurar impacientemente essa vitória sem olhar aos meios de consegui-la, falta ao seu dever de governado. E como sempre, por que os deveres do governado são, afinal, os deveres do homem, falta ao que deve a si próprio e à nobreza da vitória que poderia

alcançar. Esse mostrará facilmente, na habilidade com que destroi a obra alheia—porque destruir é mais cómodo e mais fácil do que construir—qualidades que os cegos tomarão por virtude e por promessa. Recorrerá à esperteza para poupar-se ao trabalho fecundo. Excederá a crítica, para não exercer a acção. Empregará a mordacidade, que tantas vezes tem com a vordade apenas o parentesco da rima. Irá criando à sua volta um círculo de desanimados descontentamentos, sem vêr quanto mais belo e mais fecundo seria o semear a razão, a consciência e a alegria.

Meus senhores:

Não seria preciso prosseguir nesta série de considerações, se, embora em aspecto diverso, não sentíssemos a necessidade de insistir noutra ordem de ideas, ligadas ao mesmo ponto fundamental. E' sempre fácil atribuir à inhabilidade de um Govêrno tudo quanto no viver comum nos parece imperfeito. E' fácil responsabilizar o Estado por uma crise económica, esquecendo, ignorando ou omitindo, por exemplo, que por virtude de certas circunstâncias internacionais que determinaram a interrupção de pagamentos, ou tornaram impossível a remessa livre de rendimentos, essa economia se viu privada de muitos milhares de contos por mês.

Estados mais poderosos e mais ricos, Governos que os mesmos acusadores apontariam talvez como mais hábeis e modelares, no mesmo caso o pelas mesmas razões viram a economia privada dos seus povos afectada tal como a nossa foi.

Será justo ignorar tais factos? Conhecendo-os, será justo não dizer que a situação portuguesa representa um verdadeiro milagre por conseguir quanto consegue, através de situações mundiais confusas e instáveis?

A'queles que acusam o Estado, de, honrando todos os compromissos da Nação, conseguir ainda preservar um pecúlio de guerra importante, para isso obtendo de todos os portugueses sacrifícios sem dúvida sensíveis;

A'queles que acusam o Estado, pintando-o com cores carregadas como uma entidade rica em uma nação pobre, e situando a causa desta pobreza naquele enriquecimento;

A todos êsses se oferece em comparação o quadro de matiz tão complicado e difícil a que hoje se presta a visão panorâmica do Mundo.

Nele se podem estudar as mais variadas situações, e verificar por elas que pobres são hoje todas as economias; sobrecarregadas de impostos as fortunas; e incertas e instáveis tôdas as fontes de produção entregues a particulares; e sôbre tudo isso vemos estados da mais oposta feição arruinados no seu crédito, indivíduos empobrecidos.

Agora, é-me lícito preguntar: se isto é assim, com que direito, e em nome de que patriotismo ousam alguns, que sabem pensar e escrever, lamentar que o Estado Português represente no Mundo uma excepção? Que lucraria a pobresa de cada qual se se perdesse a riqueza do Estado?

Nós já o sabemos. Lucrava a desordem. Lucrava o desprestígio. Lucrava, nesta hora grave, o parecer presa fácil a smbições alheias. Lucrava o regresso a uma tristeza comum, de que todos lembramos o amargor. Lucrava tornar a ser Portugal, para todo o Mundo, um motivo de ironia ou de sarcasmo, em vez de ser, como é, um exemplo invejado de redenção.

O significado da homenagem a Carmona e a Salazar

Meus Senhores:

Tudo o que venho dizendo, e tantas coisas que omito, mas em que podiamos meditar atentamente, nos mostra à evidência a justiça da homenagem que Aveiro quis prestar por forma tão expressiva aos Chefes do Estado e do Govêrno.

Como português, como membro do Govêrno, associo-me de todo o coração a essas homenagens, com a certeza de que o faço a símbolos superiores das mais altas virtudes patrióticas, morais e cívicas.

Sinto pelo Presidente Carmona aquela espécie de veneração amigável, de reconhecimento quási familiar que a luminosidade de uma alma, a distinção de uma figura, a claridade de um espírito impõem a tôda uma Pátria quando no seu Chefe Supremo se consubstanciam em tão alto grau.

Sinto por Salazar a justa admiração de cada momento, aquele culto consciente, aquele respeito feito de entusiasmo e de gratidão, iguais aos meus, em todas as almas dos que não se esqueceram de horas passadas, e em relação a elas podem ver tão altas as horas presentes.

As figuras do Presidente Carmona e de Salazar—tive já ensejo de dizê-lo, mas alegra-me repeti-lo hoje—são, em verdade, mais que dois polos no Mundo da nossa renovação, as duas faces do perfil que hoje desenha serena e forte, a face espiritual da Nação.

Por isso, em muitos lugares dêste País, pode dizer-se que em tôda a parte, com devoção igual a esta, se realizam festas de impressionante entusiásmo, como a de hoje. E' o triunfo pleno, a consagração pública em ondas de carinho e de ternura do prestígio e do valor de tão ilustres homens públicos.

Deus velará por êles; mas aos homens bons cabe não esquecer a melhor das homenagens que se lhes pode prestar — a do cumprimento integral do dever, na perfeita obediência aos Chefes.

Nós estamos vivendo uma vida inteiramente nova, auscultada, porém, à luz de hábitos inteiramente velhos.

Operou se uma grande revolução nos espíritos e sobretudo na mentalidade governativa. Mas porque esta revolução não pode parar, nem tampouco retroceder, torna-se necessário que lhe corresponda um movimento de segura e bem orientada marcha por parte do escol palítico, que está na ante-câmara da governação.

Reputo o aspecto que estou focando de alta importância política e creio que a meditação dêle, fará surgir em nós a convicção de mais um dever — o da perfeita disciplina política. Só ela, numa doutrinação segura de cada momento, poderá criar aquêle sincronismo necessário e indispensável, para que seja fecunda e produtiva a tarefa dos homens que governam.

Ao avivar a cartilha política dos deveres que incumbem a todos e a cada um de nós, tive presentes estas ideas-mães, simples mas fundamentais e que, sob pena grave, não podem deixar de ser meditadas.

Cumpramos, pois, integralmente o nosso dever e façamo-lo com fé e coragem, como disse Salazar no seu último discurso, magna carta de civismo e de coragem intelectual. Fé e coragem que não demandam grande sacrifício ou esfôrço para se revelarem. A fé que precisamos de manter não é uma convicção abstracta; firma-se em doze anos de acção nacional gloriosamente fecunda; firma-se não em meras esperanças, mas no muito que alcançámos; firma-se na certeza da inteligência, do prestígio, da visão genial, da consagrada competência, do prestígio Mundial, da inexaurível energia dos homens que são nossos Chefes e que tão notàvelmente dirigem os destinos de Portugal.

Nada mais fácil do que ter fé. E nada mais fácil também do que ter coragem. A simples coragem de afirmar a nossa convicção; de opôr ao boato que nos é murmurado ao ouvido, tôdas estas certezas que devemos sentir no coração; a coragem de varrer no pensamento os raciocíuios capciosos, onde eles quiserem minar o sentimento da nossa confiança; a coragem de dizer, de proclamar, de demonstrar que temos orgulho no que fizemos, que a vida nacional de hoje não se compara com a que ontem viviamos, nem com a que as fôrças do mal quereriam que nós vivessemos outra vez; a coragem de suportar os sacrifícios que nos forem pedidos pela certeza de que só nos é pedido o que é indispensável e de que, quem no-lo pede, é sempre norteado pela superior interêsse nacional.

Com esta fé e com esta coragem venceremos todas as dificuldades que se nos antepuserem e continuaremos a trabalhar pela felicidade dêste bom povo de Portugal, que muito legitimamente aspira a um melhor bem-estar.»

Eis concluida a jornada de terça-feira, uma das maiores a que temos assistido e oxalá traga para quantos a sentiram e apreciaram, benéficos resultados.

Feira de Março

— —

Vai abrir. E como não temos esta semana espaço para lhe dedicarmos mais linhas, encaminhamos os leitores para o que sôbre ela escreve a nossa distinta colaboradora *Zémi*.

Mudança de Estação

— —

Entramos na Primavera, quadra florida e de mil encantos, cuja belesa era, no tempo do romantismo, mui. to cantada pelos poetas.

Hoje quási não lhe ligam meia...

Club Mário Duarte

— —

A sua Direcção, trabalhando, com afinco, para as festas do seu aniversário, não descura o baile que se acha projectado e para o qual já começaram, também, os preparativos das *toilettes* das senhoras cuja comparência se espera.

O programa vai ser elaborado e antevemos-lhe retumbante sucesso.

Marquês da Graciosa

— —

No seu solar do concelho de Anadia faleceu subitamente na tarde de segunda-feira o conhecido titular, que era uma figura simpática e de trato cativante.

Tinha 75 anos de idade.

Na Gafanha

—x—

Os habitantes da frèguesia da Nazaré prestaram, no domingo, uma homenagem ao construtor naval Manuel Maria Mónica, a qual consistiu no descerramento do seu retrato na sêde do Grémio Instrução e Recreio onde também se efectuou uma sessão solene em sua honra, presidida pelo sr. dr. Joaquim António Vilão.

O sr. Manuel Maria Mónica é um homem de raras faculdades de trabalho e espírito empreendedor, como poucos na importante região, sendo devido a êsses dois factores que a gente da Gafanha lhe está imensamente reconhecida pelo muito que concorre para o seu desenvolvimento e progresso.

O Democrata felicita o *mestre Manuel Maria* visto considerar um acto de justiça a surprêsa que lhe prepararam no domingo.

Além túmulo

Manuel Barreiros de Macedo

Fez ontem quatro anos que deixou de existir êste humilde, mas sincero republicano, que, tendo acompanhado o *Democrata* numa das suas campanhas de moralidade, manda a gratidão que o recordemos.

Dispensa de passaporte

—o—

Pelo Govêrno espanhol acaba de ser determinado que os portugueses entrem no seu país sem passaporte. O bilhete de identidade, com o visto da Polícia Internacional e o dum agente consular espanhol, basta para passar a fronteira.

O visto consular espanhol fica com a validade aumentada de 30 para 60 dias e o seu custo desce de 80 para 10 pesêtas.

O turismo tem tudo a lucrar com esta medida.

BANCO REGIONAL

—o—

Recebemos o relatório e balanço desta casa de crédito aveirense em que a gerência do ano findo acusa um lucro de 117.272$13.

Regosijamo-nos e louvavamos a sua Direcção.

O DEMOCRATA vende-se no Kiosque da Praça Marquês de Pombal—AVEIRO

Cartas a uma amiga de longe

Março, 1940

Querida amiga:

Está à porta a Feira de Março.

Em verdade já se ouvem as cornetas e apitos que a garotada compra às mulherzinhas de Barcelos.

Foram elas, suponho, a guarda avançada dos feirantes.

Antigamente era esta Feira uma coisa simples, conhecida, apenas, da cidade e circunvizinhanças. Nêstes últimos tempos, porém, estelizaram-na, puseram cartazes monumentais por êsse país fóra para fazerem reclame e a Feira progrediu e passou à categoria de Feira-Exposição.

Vem gente de tôda a parte admirá-la e quem sabe se não voltará extasiada para as suas terras?

No entanto, embora a Feira tenha progredido, há uma acção que se mantém desde o início, sempre nova e moderna — é o picadeiro. *Ele tem assistido a tôdas as metamorfoses da moda. Em tempos remotos, passavam as tricanas, de chinela e meia branca, saia a arrastar, lenço alvo nas cabeças airosas. Depois os tempos mudaram, êsse traje passou à secção de vestimentas carnavalescas e as tricanas apareceram no recinto de* écharpe *negra, bem tufada, sapato de polimento e chale de merino, de grande franja, que fazia lembrar os lindíssimos mantons das espanholas. Um dia, porém, aborreceram o trapo na cabeça e a Feira quando voltou e com ela o* picadeiro, *encontrou-as de cabelos ao vento e algumas, as mais modernas, já sem tranças. Ultimamente, atravessamos a fase em que tudo procura as suas comodidades e elas, essas tricanas de Aveiro, que já não querem ser, nem o são, afinal, acharam os chailes de franja longa um pouco incómodos e resolveram substituí-los por outros sem franja quási, mas bastante graciosos também.*

E o picadeiro *lá as viu nêsse ano e para consigo talvez lamentasse a sorte daquêles grandes chales, que no fundo das malas se enchem de bolor.*

Alguns anos passaram e elas que aparecem com um trapo enrolado pelas costas!

—Que é aquilo?—pregunta, atónito, o picadeiro.

—Sei lá!... Aquêle pseudochale mostra certamente o desejo de que o chale grande desaparecera de vez.

Muito terás que vêr, pobre picadeiro!...

Mas nem só os trajes das tricanas contribuem para que o picadeiro *seja um local sempre novo e moderno. A moda é o maior contribuinte. E assim, conforme as suas exigências, a mulher aparece um ano mais garrida, outro mais sombria, conforme os caprichos dessa tirana que escravisa tanta cabecinha louca.*

Além de recinto de elegância, o picadeiro *é ainda um local de tortura. Há creaturas que vão para ali ao raiar do sol e que saiem apenas quando a noite vai alta. Num vai-vem constante, cumprimentando para a direita e para a esquerda, a cabeça fica tonta, mas os pés... os pés, coitados, afivelados em sapatos novos, supõem, e com razão, que sobem uma ingreme montanha, coberta de horríveis picos. As caras das creaturas a quem os coitados pertencem, deixam, de vez enquando, antever um pouco de sofrimento, logo encoberto por um sorriso que tem pouco de natural. No fim da passeata, quando, entre gritos, tiram o sapatinho elegante que pôs os dedos—pobrezinhos!—mais encarquilhados que maçãs no verão, é o pobre sapateiro que paga, por ter impingido uns sapatos apertados... Não*

Notas Mundanas

Aniversários

Fazem anos: hoje, a sr.ª D. Maria Helena Faria de Almeida, filha do sr. Manuel Faria de Almeida, empregado na filial do Banco N. Ultramarino de Lourenço Marques (Africa Oriental); àmanhã, a sr.ª D. Maria A'via Duarte de Carvalho, esposa do sr. Francisco Augusto Duarte, considerado mestre de obras; no dia 25, o sr. António de Andrade, comerciante local, e o menino Raúl de Oliveira Lemos, filho do sr. Abel de Lemos, actualmente em Cassequel (Angola); em 26, a gentil tricaninha Carolina de Lemos; em 28, a sr.ª D. Ligia Ala dos Reis, interessante filha do sr. Domingos João dos Reis Júnior, farmacêutico no Entroncamento, e em 29, o sr. António Vicente Ferreira, tesoureiro da Câmara Municipal.

—Também na terça-feira completou a bonita idade de 98 anos o sr. Lázaro Vicente, de S. Pedro do Rio Sêco (Vilar Formoso); ante-ontem passou o aniversário da menina Ana Emilia Rocha e na próxima sexta-feira festeja o seu a interessante Maria do Céu Pinto da Rocha, respectivamente avô e irmãs do nosso assinante sr. João Pinto da Rocha, furriel de Cavalaria 5.

Parabens.

—Na notícia do aniversário da sr.ª D. Maria da Piedade Serrão Miranda, publicada no penultimo número, dissemos que era esposa do sr. Manuel Martins Rodrigues, de Mogofores, quando a esposa dêste é a sr.ª D. Raquel Alegria Rodrigues, afilhada do aniversariante.

Pedimos desculpa do lapso.

Casamentos

Depois do registo civil celebrado pelo digno conservador,

Barrocão

sr. dr. Fernando Moreira, na respectiva repartição, teve logar, domingo, na capela privativa do Paço Episcopal, a cerimonia, religiosa do casamento da sr.ª D. Maria Emilia da Conceição Neto, filha do sr. Cipriano Neto, chefe da secretaria da Câmara Municipal, com o sr. David Matos e Silvo de Oliveira Lopes, empregado na Delagação de Saúde.

Assistiram numerosos convidados, tendo servido de padrinhos, por parte da noiva, a sr.ª D. Maria Cândida Branco Ferreira e o sr. dr. Lourenço Peixinho, presidente do Municipio; e pelo noivo a sr.ª D. Laura Mendes Reimão e marido o sr. Augusto Pereira Reimão, do Porto.

Em casa dos pais da noiva foi, depois, servido um abundante e fino copo de água, *que se prolongou quasi até o fim da tarde.*

Aos nubentes, que partiram para o norte em viagem de núpcias e a quem foram oferecidas numerosas prendas, desejamos um futuro venturoso.

Partidas e Chegadas

A passar as férias da Pascoa encontra-se entre nós a sr.ª D. Isabel de Almeida Marques, professora em Cabril (Castro Daire) e os srs. drs. Carlos Vilas-Bôas do Vale e Jaime de Melo Freitas, juízes de Direito, respectivamente, em Montalegre e Lisboa; dr. Alfredo Balacó, professor do liceu de Leiria; José Cristo, José Maria S. Carinha e Amilcar Grijó, estudantes universitários; Américo Carvalho da Silva e Joaquim Pereira e esposas, residentes respectivamente, em Canêdo (Vila da Feira) e S. Pedro da Torre; Orlando Peixinho, pagador das O. Públicas em Viana do Castelo, e Luis Peixinho, com residência na capital.

—Estiveram nesta cidade os srs. dr. Fausto Xavier, delegado do Procurador da Rèpública em Marco de Canavezes; Mário Mendes, amanuense da Câmara de Mira, e Francisco Faria de Melo Duarte, chefe de conservação de Estradas em S. João da Madeira.

—A' sua casa de Esgueira chegou o sr. José Tavares da Silva.

Doentes

Encontra se de cama com a saúde um pouca abalada o nosso presado amigo sr. José Moreira Freire, que a semana passada regressára de Lisboa.

—Também adoeceu com certa gravidade a sr.ª D. Rosa Malaquias da Naia Balacó, esposa do sr. dr. Alfredo Balacó e filha do coronel farmaceutico sr. Francisco Marques da Naia.

Desejamos-lhes completo restabelecimento.

FALTA DE ESPAÇO

—x—

Por êste motivo deixamos de publicar hoje vários originais assim como a secção — *Trincheira dum crente* — do nosso colaborador J. Carreira.

se lembram que, num largo que tem uns metros, apenas, deram quási a volta a Portugal, mas a pé, não em bicicleta como o Nicolau...

Mas onde está muita gente, a má língua há-de trabalhar também. Por isso o picadeiro *é uma alfaiataria gigante, onde tudo corta e ninguem cose.*

Amiguinha querida: quantas coisas havia ainda a dizer sôqre o inofensivo picadeiro! *Mas o* calado *é o melhor e eu prefiro dizer menos para acertar mais.*

Para outra ocasião hei-de falar-te nas pateguinhas que vêm à Feira fazer as meicas.

Um abraço da

Zèmi

Recreio Artístico

—x—

Decorreu na melhor ordem o *Arraial de S. José*, realizado na noite de terça-feira, para comemorar o 44.º aniversário da antiga agremiação local.

A fachada do edifício achava-se embandeirada e iluminada bem como o salão de festas, que fôra decorado com gôsto e onde sobressaiam os balões à veneziana.

Diversão atraente, não faltou o caldo verde, servido em malgas de barro vermelho, com borôa, azeitonas, *parreirol* e bolos de bacalhau, assim como uma grande variedade de doces, oferta das gentis tricaninhas que, com as suas *toilettes* vaporosas, umas, e vestidos garridos à moda do Minho, outras, davam a todo aquele conjunto uma nota alacre de beleza e de alegria.

Nos guardanapos, de papel pardo, foram impressas as seguintes quintilhas da autoria de José de Fiuza:

O Verde-Gaio

(Com música popular do Minho)

Verde-gaio quer' cantigas,
verde-gaio penas tem,
tem pena das raparigas,
não ouve trovas amigas,
verde-gaio penas tem...

Bateu azas verde-gaio,
o verde-gaio fugiu;
das largas rodas do saio,
em tarde quente de Maio,
o verde-gaio fugiu...

Verde-gaio, verde-gaio
vê se tens pena de mim;
canto-te em tardes de Maio
chega-te à roda do saio,
vê se tens pena de mim...

Não faltaram também dois velhos camponios, que deleitaram a assistência com descantes ao desafio e que inprimiram um certo realce à *soirée*, que foi abrilhantada por um *jazz* e terminou alta madrugada, notando-se sempre a mesma animação até final.

A Direcção do *Recreio Artístico* deve sentir-se satisfeita por ver a sua iniciativa coroada de exito, deixando, por isso, no espirito de quantos estiveram no *Arraial de S. José* as melhores e as mais agradáveis impressões.

Necrologia

Aos estragos duma grave enfermidade terminou os seus dias na penúltima sexta-feira, a sr.ª D. Maria Leocádia Gomes, empregada nos correios e que há pouco regressára do Caramulo.

Era solteira, contava 33 anos e foi sepultada no cemitério novo.

* * *

Vitimado por uma lesão cardiaca, finou-se no domingo, sendo sepultado no cemitério central, o sr. João dos Santos, que contava 79 anos.

Era viuvo e avô do sr. José dos Santos Casal Moreira, a quem enviamos condolências, extensivas a tôda a familia.

DESPEDIDA

—o—

António Ferreira Pinto de Sousa, 1.º cabo músico de Infantaria, tendo de seguir para Lisboa e não lhe sobrando tempo para se despedir de todos os amigos, serve-se dêste meio para tal fim, oferecendo os seus limitados préstimos naquela cidade.

Aveiro, 15 de Março de 1940.

Êste número foi visado pela Censura

EDITAL

Dr. Lourenço Simões Peixinho, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro.

Para que se torne bem público, se publica o presente regulamento, que será afixado nos lugares mais públicos e do costume:

REGULAMENTO

Art.º 1.º — Com a orientação técnica e subsídio monetário da Direcção Geral dos Serviços Pecuários vai a *Câmara Municipal de Aveiro realizar no dia 28 de Março de 1940*, um concurso Pecuário da espécie bovina, compreendendo dentre o gado leiteiro as raças turina e holandêsa e dentre o gado de trabalho a sub-raça mirandês-marinhão.

Art.º 2.º — Para a sua realização subscreve-se a Direcção Geral dos Serviços Pecuários com 2.475$00 e a Câmara Municipal de Aveiro com igual quantia, estas destinadas exclusivamente a prémios.

Art.º 3.º — Êste concurso rege-se pelo disposto no Decreto n.º 2.633, de 20 de Setembro de 1916 e pelo que consta do presente regulamento.

Art.º 4.º — O concurso abrange as seguintes secções para cada uma das raças a classificar:

1.ª Secção:

1.ª classe—Touros de 18 mêses a 6 anos de idade;
2.ª classe—Novilhos inteiros de 8 a 18 mêses;

2.ª Secção:

1.ª classe—Vacas de 2,5 a 9 anos de idade;
2.ª classe—Novilhas de 1 a 2,5 anos.

Art.º 5.º — Os donos ou detentores dos animais deverão inscrevê-los até às 17 horas do dia 27 de Março corrente.

§ 1.º — Esta inscrição é absolutamente gratuita e faz-se pessoalmente ou por postal ou carta, indicando o nome e morada do concorrente e ainda o número de animais com que concorre dentro de cada classe.

§ 2.º — A inscrição será feita na Secretaria da Câmara Municipal ou na Intendência de Pecuária de Aveiro.

Art. 6.º — Os animais inscritos deverão ser apresentados no recinto do concurso (junto ao Mercado do Peixe) no dia 28 até às 2 horas da tarde.

Art.º 7.º — Todos os animais antes de entrarem no recinto do concurso serão inspeccionados por um júri de admissão constituido por 3 médicos veterinários que poderá fazer exclusões pelos seguintes motivos: magrêsa acentuada, falta de características étnicas ou de limpêsa, mau estado sanitário e úbere demasiadamente repleto por falta de mungição.

§ único — Das decisões dêste júri há recurso para o júri de classificação.

Art.º 8.º — O júri de classificação será presidido pelo Delegado da Direcção Geral dos Serviços Pecuários e constituido por tantos veterinários quantos os necessários para o desdobramento em júris parciais, consoante o número de animais a classificar.

§ 1.º — A Câmara Municipal nomeará um seu Delegado que, com o representante da Direcção Geral dos Serviços Pecuários resolverá os casos omissos.

§ 2.º — De cada júri parcial fará parte um representante da Lavoura.

Art.º 9.º — A classificação far-se-á pelo método dos pontos, seguindo a tabela oficial anexa a êste regulamento.

Art.º 10 — É condição essencial para admissão do gado leiteiro o ser portador das marcas sanitárias dos Serviços da Profilaxia da Tuberculose. (Decreto n.º 26.114, de 24-11-935).

§ único — Exceptuam-se os novilhos e novilhas que pela sua idade ainda se não encontrem devidamente registados.

Art.º 11.º — Poderão deixar de ser conferidos prémios desde que não apareçam animais que dêles sejam dignos.

Art.º 12.º — Do resultado do concurso lavrar-se-à competente acta cujo original ficará na Intendência de Pecuária de Aveiro e do qual serão extraídas cópias com destino à Direcção Geral dos Serviços Pecuários e Câmara Municipal de Aveiro.

Art.º 13.º — Lida e aprovada a acta, proceder-se-à distribuïção dos prémios que serão os seguintes:

GADO LEITEIRO		Turino ou holandez	Mirandez-Marinhão
Touros	1.º prémio	250$00	250$00
	2.º »	200$00	200$00
	3.º »	150$00	100$00
Novilhos	1.º prémio	350$00	150$00
	2.º »	300$00	100$00
	3.º »	250$00	50$00
	4.º »	200$00	
	5.º »	200$00	
	6.º »	150$00	
Vacas	1.º prémio	250$00	200$00
	2.º »	200$00	150$00
	3.º »	150$00	100$00
	4.º »	150$00	
	5.º »	100$00	
Novilhas	1.º prémio	200$00	150$00
	2.º »	150$00	100$00
	3.º »	100$00	50$00

Art.º 14.º — Da decisão do júri de classificação não há recurso.

E para constar se mandou passar o presente e outros de igual teôr, que vão ser afixados.

Aveiro e Paços do Concelho, 8 de Março de 1940.

O Presidente da Câmara,

(ass.) Lourenço Simões Peixinho.

Correspondências

Vilar, 21

Promovidos pelo Grupo Dramático Vilarense realizam-se sábado e domingo dois saraus familiares, que estão despertando o maior interesse entre a nossa gente.

Abre o espectáculo com uma saüdação—*A' Aldeia de Vilar*—seguindo-se o emocionante e sensacional drama em 3 actos, original do sr. António Duarte dos Santos Gamelas, intitulado *Marta*, que nos dizem estar admirávelmente ensaiado pelo sr. Abel Costa, dessa cidade, e ainda a cançoneta *Toma lá cerejas* e a comédia *Um duelo a espêto*, tendo-se encarregado dos papeis principais os melhores elementos do grupo.

Um excelente sexteto completará o programa, cujo desempenho se está aguardando com a maior ansiedade.

P.

—I-O-I—

Comarca de Aveiro

Editos de 20 dias

1.ª publicação

Por êste Juízo de Direito e 1.ª secção da 2.ª Vara Judicial correm éditos de 20 dias a contar da segunda e última publicação do presente anúncio, citando os crêdores desconhecidos do executado Liberto Canha da Silva Pereira, solteiro, motorista, de Aradas, desta comarca, para virem à execução por multa e imposto de justiça que contra o referido executado move o Digno Agente do Ministério Público e deduzirem os seus direitos nos termos do art.º 865 do Código de Processo Civil.

Aveiro, 13 de Março de 1940

O Juiz de Direito da 2.ª Vara Judicial

A. Fontes

O Chefe da 1.ª Secção

António Augusto dos Santos Victor

Fábricas Jerónimo Pereira Campos, Filhos

S. A. R. L.

AVEIRO

E' convocada a Assembleia Geral ordinária desta Sociedade a reünir no dia 31 do mês corrente, pelas 14 horas, na séde social, em Aveiro, para:

Apreciar, discutir e votar o Relatório e Contas apresentados pela Direcção, e bem assim o Parecer do Conselho Fiscal.

No caso de não comparecer número para que a Assembleia possa funcionar legalmente, fica dêsde já convocada uma nova reünião para o dia 21 de Abril próximo futuro, no mesmo local e à mesma hora.

Aveiro, 15 de Março de 1940.

O Vice-Presidente da Assembleia Geral, em exercício,

Alberto Souto